



Registo

Alvará de Licença Especial de Ruído 07/2016

S/1633/2016

António Isidro Marques Figueiredo, Dr., na qualidade de Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no uso da competência delegada:

1. Faz saber que concede, nos termos do número 1 do artigo 27.º do RMR, de 05 de março de 2015, a Associação de Solidariedade Social de Loureiro, número de identificação fiscal 502747048, uma Licença Especial de Ruído para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário, nomeadamente Corso de Carnaval.
 2. São as seguintes as especificações desta licença:
 - 2.1 Local da festividade: Várias ruas centrais da freguesia de Loureiro.
 - 2.2 Prazo de validade da licença: dia 06 de fevereiro de 2016. (*)
 - 2.3 Horário autorizado: das 15h às 18h.
 3. Cuidados a ter pelo titular desta licença, para efeitos de minorar o impacte negativo de ruído:
 - 3.1 Ter em atenção ao ruído produzido de forma a não causar incomodidade e zelar pela tranquilidade das habitações mais próximas, abstendo-se de emissões desproporcionalmente ruidosas;
 - 3.2 Sensibilizar / informar antecipadamente os vizinhos mais próximos da realização do evento.
 - 3.3 Nos termos do artigo 28.º do RMR: - Minimizar os níveis de emissão sonora.
 - Reorientação de fontes ruidosas (palco, colunas de som) na direção oposta das habitações ou outros receptores sensíveis na envolvente;
 - Recurso a equipamento de som (colunas) com projeção unidirecional;
 - Restrição do uso de sistemas de amplificação sonora em determinada plataforma de horário;
 - Regulação dos sistemas de amplificação sonora de modo a garantir níveis de ruído compatíveis com ambiente de conversação.
 - Identificação e contacto permanente de um responsável pela atividade;
 - Em caso de denúncia, a autoridade policial poderá atuar e limitar a realização da atividade até às 24h.
- (*) caso as condições climatéricas não permitam, dia 13 de fevereiro de 2016.
4. A emissão do presente alvará de licença não desobriga o seu titular de tomar todas as medidas ao seu alcance, no sentido de minorar o impacte negativo do ruído, nem de acatar as ordens ou orientações das forças policiais.

Paços do Município, 22 de janeiro de 2016

Em pagamento a GR N.º no montante de isento euros.